

## **PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO**

**ASSUNTO:** PARECER JURÍDICO QUANTO À POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO QUE VISA FORNECER MATERIAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA FACHADA EXTERNA DESTA CMPV.

À Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa fora encaminhado expediente emitir parecer técnico no tocante à possibilidade de contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho, compreendendo itens necessários para pintura externa, melhorias na iluminação, pequenos reparos estruturais, restabelecimento do funcionamento da cascata decorativa e ampliação do balcão da recepção para adequação do setor de protocolo.

Assim consta no expediente remetido pela Presidência:

Senhora Procuradora, Aportou nesta Presidência o processo referente à Contratação de empresa que visa fornecer materiais para revitalização da fachada externa da Câmara, a fim de suprir as demandas operacionais e o funcionamento desta Casa Legislativa. Os autos foram devidamente tramitados e analisados pelos setores administrativos e financeiros desta Casa de Leis, os quais os encaminham a esta Presidência para manifestar conhecimento e posterior autorização de análise e elaboração de parecer, após conclusão da etapa do Termo de Enquadramento elaborado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, que o fez conforme Análise Técnica nº 5/2025 (Edoc: 3A2D2219). Diante disso, seguindo a orientação constante no Anexo IV da Resolução da Mesa nº 031/2019, encaminho os autos à Procuradoria-Geral - PGR, autorizando, assim, o prosseguimento dos trâmites regimentais necessários para elaboração de análise e parecer.

Neste cenário, solicita manifestação jurídica desta Procuradoria.

Pois bem. Inicialmente, insta salientar que o parecer jurídico em processos administrativos possui o objetivo apenas de analisar os pressupostos de legalidade das solicitações e atos administrativos, sempre avaliando a correlação dos atos administrativos do processo com a legislação vigente, ficando sempre a cargo do gestor público a conveniência da realização do ato.

Cumprе ressaltar que o conteúdo abaixo delineado, trata-se de parecer técnico-jurídico, ou seja, tem caráter opinativo.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello - STF.)

Neste sentido cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, aos Princípios Constitucionais do Direito Administrativo, sem desclassificar a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento, inclusive as declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes.

Cabendo, dessa maneira, ao gestor proceder com os demais atos conforme sua conveniência. Além disso, é imprescindível constar-se que a administração pública exerce o seu papel sob o manto da Legalidade que, conforme reza art. 37 da Carta Magna, norteia a execução de todo ato administrativo exarado:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.

Isto é, a Administração Pública está inserta dentro da estrita legalidade, no qual somente pode realizar àquilo que está expressamente previsto sob o prisma da lei.

Feitas tais considerações, é de rigor observar que o enquadramento da modalidade licitatória cabível na contratação em análise foi devidamente efetivado pela CPL, que assim se manifestou:

Os Autos almejando procedimento licitatório foram instaurados com a abertura de processo devidamente motivado, autuado, contendo indicação de previsão orçamentária do recurso próprio para a despesa conforme e DOC 4A390A4F, e DOC 45C9C36D, e DOC F83D2413, e DOC 4F20E517, e DOC AAEF59A6 , exigido pelo Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL - LF nº 14.133/21. O objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplência, com fixação de prazos para fornecimento, foram devidamente previstas no seu Termo de Referência e anexos e DOC AAEF59A6 e Estudo Técnicos Preliminares -ETP e DOC 4F20E517-e. A Divisão de Compras e Instruções Processuais - DCIP, por seu chefe Delon Gomes da Costa, e DOC AD582324 e DOC 556D6ECD e seus anexo, bem como certificou que os preços para contratação, é conforme solicitação e DOC 863285BF,e DOC 556D6ECD-e, e estão compatíveis com aqueles

praticados conforme publicação no portal da Câmara via recebimento de Proposta através e-mail:compras@portovelho.ro.leg.br e DOC 863285BFe. Considerando, a previsão da existência do valor estimado, bem como a indicação conforme recursos no e DOC D3EAAB3B-e pela Divisão de Orçamento, para o pretenso contrato do mencionado objeto. De acordo com o DOC e DOC D3EAAB3B-e , fica estimado para o pretenso contrato o valor de R\$ 19.486,00 (Dezenove mil quatrocentos e oitenta e oito reais). 1. Em se tratando de uma contratação por Registro de Preço – SRP e de Acordo com a RESOLUÇÃO DA MESA , que dispõe Sobre a aplicabilidade da Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021: Art. 36 Em âmbito do Poder Legislativo de Porto Velho e permitido a adoção do sistema de registro de preço para contratação de bens e serviço comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preço para contratação de obras de engenharia bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação. Art 37 As licitações processadas pelo sistema de registro de preço poderão ser adotada nas modalidades de licitações Pregão ou Concorrência. Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024, os quais autorizam a dispensa de licitação que entra em vigor em janeiro de 2025: § contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; e § para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.72559, no caso de outros serviços e compras. Para efeitos do fluxo procedimental ora disponibilizado, também serão consideradas contratações diretas em razão do baixo valor, as inexigibilidades de licitação (art. 74), cujos valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observada a natureza da contratação. Art. 75. É dispensável a licitação: [...] § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados: I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade. 2. Os demais procedimentos de Legalidade e Conformidade do Ato (Parecer Jurídico e da Controladoria Geral, respectivamente) deverão ser apreciados como ferramentas complementares de transparência nos atos e gastos públicos. 3. Em síntese, opinamos s.m.j. pela pretensa aquisição do mencionado objeto em decorrência do objeto comum e valor, na modalidade de dispensa licitação, Lei Geral de Licitações e Contratos (LGL - LF nº 14.133/21, Lei Complementar 123/2006). 4. Contudo, cabe unicamente ao Ordenador da Despesa deliberar quanto à autorização (ou não) na modalidade no enquadramento nos termos das mencionadas normas.

Como bem observado pela CPL, considerando o valor e as especificações da despesa a ser contratada, a lei permite a aquisição mediante dispensa licitatória, motivo pelo qual, coadunando com o entendimento, entendemos pela possibilidade jurídica da contratação na modalidade licitatória apontada, desde que observados os requisitos legais próprios à espécie.

É o Parecer, s.m.j.

Porto Velho, 01º de Dezembro de 2025.

**CRISTIANE SILVA PAVIN**  
**PROCURADORA GERAL CMPV**



Assinado por **Cristiane Silva Pavin** - Procuradora Geral - Em: 01/12/2025, 11:53:20